

dossiê

Políticas educacionais de educação no campo: história de vida de estudantes da Escola Nacional Florestan Fernandes

Educational policies for rural education: life history of students at Escola Nacional Florestan Fernandes

Vladimir Ferreira Gama¹

¹Universidade de Mogi das Cruzes, Programa de Mestrado em Políticas Públicas, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. E-mail: vladgama@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0395-9562>.

Luci Mendes de Melo Bonini²

²Universidade de Mogi das Cruzes, Programa de Mestrado em Políticas Públicas, Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. E-mail: lucibonini@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6426-218X>.

Submetido em 15/10/2021. Aceito em 30/01/2021

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 8, n. 2, 2022
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Políticas educacionais de educação no campo: história de vida de estudantes da Escola Nacional Florestan Fernandes

Resumo: Estudam-se as políticas de reforma agrária no Brasil e educação no campo e o papel do MST para a criação de uma educação no campo voltada para os movimentos sociais da terra. São objetivos deste estudo apresentar os marcos legais da reforma agrária e como a educação para o homem do campo surge no meio dessas políticas públicas e descrever as ações educacionais existentes atualmente nos movimentos de luta pelas terras nas vozes de alunos e gestores da Escola Nacional Florestan Fernandes, fundada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Trata-se de pesquisa de caráter exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa de corte transversal, foram sujeitos deste estudo 1 coordenadora geral, 1 coordenador pedagógico e 5 discentes, que participaram de uma entrevista semiestruturada, individualmente. Os resultados demonstraram que esses têm suas origens no campo, buscaram nos estudos uma forma de melhorar seu conhecimento sobre as lutas no campo, sobre a melhoria da qualidade de vida no seu assentamento e na divulgação da educação no campo que existe na ENFF. Concluiu-se que as políticas educacionais brasileiras são descontinuadas e a educação no campo nunca foi priorizada até emergir o Pronera e ações como as do MST. A educação no campo ficou alheia aos olhos dos legisladores e profissionais da educação, só emergindo após as lutas descritas nas vozes dos participantes da pesquisa., dentro dos próprios movimentos sociais.

Palavras-chave: Reforma agrária. Movimentos sociais. Políticas educacionais. MST.

Abstract: Agrarian reform policies in Brazil and rural education are studied, as well as the role of the MST in the creation of rural education aimed at the social movements of the land. The objectives of this study are to present the legal frameworks of agrarian reform and how education for the rural man appears in the midst of these public policies and to describe the educational actions currently existing in the movements of struggle for land in the voices of students and managers of the Florestan Fernandes National School, founded by the Landless Workers Movement (MST). This is exploratory-descriptive research, with a qualitative cross-sectional approach, the subjects of this study were 1 general coordinator, 1 pedagogical coordinator and 5 students, who participated in a semi-structured interview, individually. The results showed that these have their origins in the countryside, they sought in the studies a way to improve their knowledge about the struggles in the countryside, about improving the quality of life in their settlement and in the dissemination of education in the countryside that exists in the ENFF. It was concluded that Brazilian educational policies are discontinued and education in the countryside was never prioritized until the emergence of PRONERA program, and actions such as those of the MST. Education in the countryside was alien to the eyes of legislators and education professionals, only emerging after the struggles described in the voices of the research participants, within the social movements themselves.

Keywords: Agrarian reform. Social movements. Educational policies. MST

Introdução

Para o homem do campo a educação nunca foi necessidade uma vez que para lidar com a terra, apenas a prática era necessária. A educação foi pensada para as classes mais elevadas, para as populações urbanas e seguiu suas políticas sempre neste sentido, mesmo com as imensas diferenças regionais no Brasil, neste sentido, a educação no campo, tema desta pesquisa, só recentemente vem sendo delineada no Brasil. Um país de tradição agrária

que nunca pensou no pequeno agricultor, do qual procede grande parte da produção rural que abastece os grandes centros urbanos.

No Brasil, dadas as suas dimensões territoriais, a governabilidade das terras sempre foi uma dificuldade e a solução desse problema, desde a colonização, esteve na concentração de terras nas mãos de quem se dispusesse cultivá-las. Assim foi com as sesmarias, os coronéis do período escravocrata, os latifúndios dos barões do café e assim sucessivamente. Deve-se lembrar que em meio a todos esses períodos históricos emergem processos contraditórios, pois há as revoltas de escravos, posseiros e movimentos migratórios internos que se sublevaram a essas forças, até que nas décadas de 1950 e 1960 surgem as ligas camponesas no Nordeste, movimentos contra hegemônicos que lutavam por terras (Fernandes, 1995; Oliveira, 2001).

A libertação dos escravos, o processo migratório interno e os demais que trouxeram europeus e japoneses ao longo das primeiras décadas do século XX, a caminhada para a industrialização por que passou o país a partir da década de 1950, criaram o êxodo rural, aumentando as demandas por políticas sociais nas cidades, deixando uma lacuna para os que resistiram na agricultura.

Entre as políticas públicas ausentes para essa população estavam a saúde e a educação. O Brasil amargou muitos problemas de saúde e educação para as populações mais distantes dos grandes centros urbanos e ressentido até os dias atuais com tantas demandas.

A educação para o homem do campo, tema deste estudo, nunca foi política de estado. Ela é, ou pelo menos deveria ser, a base para que essa população pudesse subsistir e manter os suprimentos das populações urbanas, pelo menos em parte.

Há basicamente duas vertentes de Educação no Campo no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma política pública criada em 1998, na perspectiva de educação no campo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2019).

Esse programa nasceu em 1998 a partir de pressões de movimentos sociais e sindicais e busca assegurar o direito à educação de jovens e adultos no campo desde programas de alfabetização passando por cursos de técnicos e profissionalizantes até cursos superiores e de pós-graduação. Há ainda a formação de professores dentro deste programa – Pedagogia da Terra (Batista, 2006). A outra vertente da Educação no campo é uma política de iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, foco deste trabalho.

Machado (2017) conceitua a educação no campo, diferentemente de educação rural. Para a autora a primeira emerge de vários movimentos sociais, trabalhadores como sujeitos

de suas ações pedagógicas, é o retorno ao território do camponês, enquanto a segunda é política de Estado.

Esta pesquisa tem como problemática: quais os marcos legais da reforma agrária no Brasil? A partir dessa questão, pergunta-se: como se estruturam as iniciativas para a educação do homem no campo e como essas ações se materializam nas vozes dos militantes do Movimento Sem Terra na Escola Nacional Florestan Fernandes?

Este estudo é parte da dissertação de mestrado e tem como objetivos: i) apresentar os marcos legais da reforma agrária, de modo breve; ii) como a educação para o homem do campo surge no meio dessas políticas públicas e iii) descrever ações educacionais existentes atualmente nos movimentos de luta pelas terras nas vozes de alunos e gestores da Escola Nacional Florestan Fernandes, fundada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou Movimento Sem Terra (MST daqui em diante).

Como método, escolheu-se a pesquisa de caráter exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa de corte transversal – a coleta dos dados foi realizada nos meses de março e abril de 2017. Foram sujeitos deste estudo 01 coordenadora geral, 01 coordenador pedagógico e 05 discentes da Escola Nacional Florestan Fernandes que participaram de uma entrevista semiestruturada, individualmente, de modo que se descrevessem suas histórias de vida, a militância e a busca pela formação.

Os relatos biográficos foram coletados na própria escola, por meio de gravação e depois transcritos. As narrativas foram transcritas na íntegra na medida do possível a fim de não se perder a essência do participante, destacam-se, aqui alguns trechos a fim de dar sentido aos objetivos do texto. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade de Mogi das Cruzes sob número CAAE: 61767416.1.0000.5497 e Parecer: 1.881.983.

1 Reforma agrária e educação no campo

A reforma agrária é uma das principais lutas dos movimentos sociais no campo em vista da expansão do agronegócio para os grandes latifundiários e o encolhimento dos direitos sociais como saúde, trabalho e educação, esta última nasceu nos centros urbanos com os olhos voltados para a industrialização e sua penetração no campo foi mitigada (Batista, 2006).

Os marcos legais da Reforma Agrária na Brasil são tardios e o trabalho para algum avanço na dignidade daqueles que trabalham no campo é lento ou por causa das políticas governamentais que agem de acordo com interesses dominantes ou por causa da falta de luta

coletiva dos despossuídos, ou, ainda, por falta de uma educação que atinja essas populações de modo mais efetivo ou por todos esses motivos.

No quadro 1 vê-se uma síntese histórica dessas tentativas de políticas de reordenamento na distribuição de terras.

Essa breve síntese apresenta os desafios não só da efetivação da Reforma Agrária como também da Educação no Campo. Há uma população extensa advinda da mecanização da agricultura dos grandes latifundiários, há a pobreza que cresce onde há falta de oportunidades nas áreas mais remotas do país, principalmente em biomas que necessitam ser preservados.

A população assentada no Brasil é assim descrita pelo INCRA (2020) 9.394 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 88.276.525 hectares.

No estado de São Paulo, foco deste trabalho, são 275 assentamentos com 17.914 famílias assentadas e, mais especificamente na Região do Alto Tietê cabeceiras, a extrema ponta da região leste metropolitana de São Paulo, são 3 assentamentos: 2 em Mogi das Cruzes (299 famílias assentadas) e um em Biritiba Mirim, esse com 35 famílias assentadas, as quais fazem parte da Associação dos Pequenos Agricultores e Produtores do Casqueiro que destina até 100 toneladas de alimentos para o banco de alimentos dos municípios de Mauá, Santo André e São Paulo (Gazeta Regional, 2015; INCRA, 2020).

São muitos os movimentos sociais que marcam os conflitos por terras, entre esses citam-se: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), Movimentos dos Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres Camponesas, Via Campesina, Movimento Quilombola e outros. Esses movimentos tiveram, num primeiro momento, as comunidades eclesiais de base e Pastoral da Terra para mediar suas demandas sociais e por terras, mais recentemente, no entanto, algumas universidades auxiliam no debate para essas conquistas avançarem (De Souza, 2012).

Assim a Educação no Campo nasceu de modo esparsa, porém no MST ela acabou se consolidando e criando caminhos. Esse movimento social luta basicamente por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade, visando uma vida melhor para todos (Kolling *et al*, 2012). Sua origem remonta nas lutas isoladas por terras no sul do Brasil ao longo de 1970 e 1980, até que em 1984 o movimento foi fundado na cidade de Cascavel com representantes de 12 estados da federação (Morissawa, 2001). No ano seguinte, segundo a mesma autora, no 1º Congresso Nacional do MST já havia representantes de todo o país.

Quadro 1. Reforma Agrária e Educação para o

Marco legal	Síntese
Decreto-Lei 9613/1946	Lei Orgânica do ensino agrícola
Lei 4.504 de 1964	Artigos 2º, parágrafos 2º e 3º. “Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 2º É dever do Poder Público: a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei; b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a <u>sua racional</u> utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. § 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho. Instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Novo Plano Nacional de Reforma Agrária e houve a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad). Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais. § 1º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Art. 23: A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – <u>PRONERA</u> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Vinculou o PRONERA ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sob execução do INCRA. Política de Educação no Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma agrária. PRONERA é incorporado ao INCRA. Extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, vinculação do Incra ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O INCRA passa a ser anexado à Casa Civil da presidência da República. O Incra passa a ser vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Decreto 59.456/96	
Decreto 1.110/1970	
Decreto nº 97.766/1985	
Constituição Federal de 1988	
Lei 8629/1993	
Lei 9394/1996	
Diretrizes e Bases da Educação nacional	
Portaria 10/98	
Decreto nº 3.338/2000	
Lei 11.947/2009	
Decreto 7352/2010	
Portaria 837/2001	
Medida provisória no. 726/2016 (Lei 13.341/2016)	
Decreto 8.760/2016	
Decreto 9.660/2019	

(Adaptado de INCRA, 2019, Carneiro et al, 2016,

Nesse movimento há ocupações e invasões em busca de terra o que acaba causando um desfalque na educação. O nomadismo e os locais distantes para acesso de escolas fizeram com que emergissem, dentro do movimento, soluções para educação de crianças e níveis mais elevados de educação, até mesmo processos educacionais para atingir as ideias mais elevadas de educação, até mesmo processos educacionais para atingir as ideias do movimento e seus ideários políticos. Assim foi criada em 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, região do Alto Tietê, a 60 quilômetros da capital paulista. Ela representa uma parte importante de uma proposta de educação e formação no campo e política dos membros do Movimento sem Terra e alguns outros movimentos sociais da América Latina e do mundo.

Ela dispõe de cursos livres de filosofia de pensamento brasileiro, de teoria econômica e história, e oferece, também, cursos dirigidos para atividades específicas como cultura e comunicação. A escola disponibiliza, ainda, cursos de nível superior, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política, Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Pelo fato de atrair militantes de outros movimentos sociais latino-americanos, há, ainda, estudo de línguas estrangeiras e estudos relacionados à economia, história do continente e sua geografia, e núcleos de atividades temáticas, com seminários, conferências, grupos de estudos e palestras.

No trecho abaixo, publicado no dossiê MST Escola (2005) está expresso o conceito de educação para o MST:

A educação no MST quer ajudar na construção do novo homem e na nova mulher. Para isso é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada no lucro a todo custo e no individualismo desenfreado. Precisamos nos contrapor a isso cultivando, intencionalmente, com nossos educados/educadas novos valores, pelo menos aqueles que já conseguimos vislumbrar como necessários a uma nova ordem mundial. Estamos chamando de valores humanistas e socialistas aqueles valores, então, que colocam no centro dos processos de transformação a pessoa humana e sua liberdade, mas não como indivíduo isolado, e sim como um ser de relações sociais que visem à produção e à apropriação coletiva dos bens materiais e espirituais da humanidade, à justiça na distribuição desses bens e à igualdade na participação de todo esse processo. (DOSSIÊ, 2005, p. 164).

O MST busca em Paulo Freire e demais pensadores da educação crítica a sua base para a educação na ENFF. É a educação em sintonia com a superação dos modelos

impostos e focada na organização de novas práticas para a realidade social e política (Bauer; Moraes, 2015).

Candido Vieitez e Neusa Dal Ri (2008, p. 199-200), sintetizam a superação do modelo capitalista da seguinte forma:

- a) Educação para a transformação social [...]
- b) Educação para o trabalho e a cooperação [...]
- c) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana [...]
- d) Educação com e para valores humanistas e socialistas [...]
- e) Educação como processo permanente de formação e transformação humana [...] (grifos dos autores).

Pizzeta (2010) descreve o papel da ENFF como um espaço aberto de reflexão para a compreensão da realidade e sua diversidade tendo como um dos focos o preparo do trabalhador no campo, com foco na Reforma Agrária, atraindo para essa reflexão, diferentes trabalhadores rurais e urbanos, intelectuais progressistas e jovens de diferentes partes do mundo.

2 Educação e reforma agrária

O projeto para a educação no MST abrange todos os níveis e de todas as formas, seja educação formal quanto a não-formal e seus princípios se fundamentam nas práticas ao longo das lutas sociais (Torres et al, 2015).

Há muitas vidas envolvidas nas diversas formas de educação para o campo. Mariano e Lombardi (2019) enfatizam que a escola coloca em primeiro plano os processos coletivos, com a participação de todos nas práticas de transformação social.

As narrativas que seguem, demonstram diferentes caminhos para a educação e como eles se percebem como partícipes da/na educação no campo.

2.1 Perfil dos participantes

Meu nome é J.... eu nasci ali numa cidade do interior da Paraíba. No nordeste brasileiro, região semiárida, eu sempre vivi nessa região. No centro do estado tem uma região, um recorte geográfico, que ficou conhecido inclusive nos livros Josué de Castro, e de outros escritores, quando escrevia Geografia da Fome, outros caras que escreveram mais sobre a seca no nordeste, no processo histórico a gente um recorte na Paraíba geográfico, que se chama o polígono das secas, o polígono das secas fica ali, no centro do estado, tendo Cabaceiras, que hoje virou uma cidade com uma economia baseada na Cultura, no Teatro, no Cinema (P1).

Meu nome é A..... eu venho na região da Zona da Mata de Pernambuco, zona canavieira, uma das grandes cidades que foram historicamente reconhecida como princesa dos canaviais, conhecida pelos setores mais oligárquicos como terra dos barões (...) Mesmo tendo nascido, nascido natural de Recife, mas nasci na maternidade de Recife, mas minha família e a criação depois de nascimento foi na região de escada, (...) Família pequena vindo de trabalhadores rurais do corte de cana de açúcar. (...) Mas minha entrada no movimento não foi muito pela minha família. (P2).

Eu sou nascido em Cascavel, no oeste do Paraná. No que eu nasci meus pais já residiam na cidade, na periferia da cidade. (...) Em certo período da minha infância inclusive eu morei com a minha avó, numa cidade menor, próxima a Cascavel, e ia basicamente todo fim de semana no sítio de um tio para brincar que era onde eu gostava e me sentia bem. Eu tinha todo esse ambiente da periferia da cidade, repressivo, de envolvimento com a criminalidade, tinha tráfico na rua de casa. Tinha uma série de questões, até os 15 anos eu vivencio isso, e nesse período tanto meu pai quanto minha mãe militavam junto ao sindicato, a fundação do partido dos trabalhadores na época, e inclusive ficou sendo, ocupando a diretoria dos sindicatos, respectivamente, construção civil, e costureiras. (P3).

(...) eu sou do Paraná, do município chamado Jardim Alegre, no Paraná, meus pais são assentados, são assentados nesse município, no assentamento chamado 8 de Abril, o assentamento. Na verdade na verdade minha irmã mora agora nesse assentamento, porque toda nossa história de luta, e de conquista, foi nesse assentamento, e depois meus pais foram sorteados foram sorteadas no assentamento do lado, eles moram no assentamento Nova Itaúna, em Manoel Ribas, mas são muito próximos. (...) foi com os 11 anos, com 11 anos meus pais, minha mãe decidiu ir pro acampamento, minha mãe, meus pais sempre foram Trabalhadores Rurais, mas nunca tiveram terra, e minha mãe isso, em 95, 95 ou 96, ela entrou no sindicato né, porque o sindicato estava ampliando (...) (P4).

Sou do estado de Pernambuco, venho do sertão. (Santa) Maria da Boa Vista, pertinho de Petrolina, meu pai é de Exú e minha mãe do Piauí, e eu sempre fui criada na zona rural, bem na zona rural, bem distante da cidade, e meus estudos sempre foi aquilo que a sociedade capitalista sempre trouxe nas escolas. Então eu não tinha nem muito interesse porque a nossa vida é sempre trabalhar na roça para ter alguma coisa, minha mãe e meu pai sempre batalharam juntos, mas sempre teve dificuldade de passar fome. (...) Eu acho que quando a gente nasce para uma certa pessoa diferente, de tentar compreender como realmente funciona a sociedade, e eu sempre me identifiquei assim: mãe, eu não quero estudar esses estudos, eu não estou crescendo dentro da escola, e num tó...a única coisa que eu sei é ler mais...e aí? Eu vou ficar nessa? Estudar uma coisa que eu não quero. (P5).

(...) filha de pessoas que sempre foi do campo que antes trabalhava em fazenda, para fazendeiros, e sou, tenho mais quatro irmãos e tenho uma filha agora, tenho 28 anos, atualmente tem um companheiro que não é brasileiro, vai se somar com a luta, e de outro país. Toda minha vida foi na cidade eu nunca tinha ido ao campo dos meus outros irmãos foi no campo, e a minha foi na cidade. E quando eu fiz meus 18, 19 aí fui pro campo e aí apaixonei por tudo e não quis mais sair de lá, não quis voltar para outra cidade, porque não me encontro na cidade, me encontro no campo. Sou de Açailândia, Maranhão!!!! (P6).

Eu sou R....., meus pais são....., minha mãe é mato-grossense de Cáceres e meu pai é alagoano, eles se encontram aí nos caminhos da vida, e formam família lá no interior

do Mato Grosso, e tem 9 filhos eu sou a terceira mais velha desses novos filhos, o meu pai sempre trabalhou nas fazendas da região, né, sempre teve sua força física por ser um semialfabetizado, então sempre trabalhou nas fazendas, e minha mãe acompanhava ele até que os filhos tivessem que ter idade para ir para escola (P 7).

Os alunos da escola Nacional Florestan Fernandes são, em sua grande maioria, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terras, outros movimentos sociais originários principalmente do Brasil, mas também da América Latina, Via Campesina, por exemplo e outras partes do mundo. Esses alunos são indicados pelos próprios acampamentos e assentamentos de todo o Brasil e ficam 20 dias na escola, retornam para suas comunidades por dois meses, e voltam para mais 20 dias de aulas, quando apresentam trabalhos de final de curso. Os docentes vêm de outras instituições, do próprio MST e outros movimentos sociais.

Bauer e Moraes (2015) explicam que a proposta pedagógica da ENFF está calcada na construção de uma consciência crítica, a partir da qual se transforma a realidade.

Observa-se que ao longo da vida desses estudantes e gestores, as famílias tiveram papel determinante para despertar e olhar o mundo a sua volta. Os pais já participavam de algo ou buscavam encaminhar os filhos de alguma forma para essa transformação da realidade.

2.2 Trajetória educacional dos participantes

Dos sete participantes, todos concluíram a graduação no ensino superior, e dois o mestrado.

Scherer-Waren (2006, p. 124) explica que a via de preparação para novos atores em novas formas de governança “requer a participação em diversos espaços: mobilizações de base local na esfera pública (...)” entre outras. No que se refere à base local, a autora enfatiza na base local as identidades coletivas reforçam o sentimento de pertencimento e os simbolismos/as místicas das lutas, ou seja, a ideia de “unidade na diversidade” e os “projetos/utopias que dão longevidade e significação aos movimentos (idem, ib, p. 125).

depois eu me assentei também no Queimadas, acabei liderando o processo de organização lá durante muito tempo também, depois fui para a universidade, tive a oportunidade de fazer o curso de agroecologia, a graduação, na UEPB, era o vestibular ainda, já tinha o Enem, mas na UEPB era vestibular ainda, não era Enem, e eu tive incentivos assim, amigos do meu pai, que falou não você tem que se inscrever, você

tem que fazer o vestibular, tem que passar. Como eu, camponês né, vou para a área de agrárias, tem ciências agrárias em Bananeiras, tem agronomia em Areia, que é do lado, eu sou da cidade de Remígio, no Curimataú Paraibano, do lado ta Areia onde tem um campus grande da UFPB, da federal, que tem a área de agrárias e tal, e em Lagoa seca, que ao ladinho de Campina Grande tem a UEPB com o campus 2 com o curso de agroecologia e ficou naquela foi ver fiz a prova passei para agroecologia cursei terminei não faz tanto tempo, 2014 é que eu terminei a graduação, e a partir daí vivi toda a vida no campo, acabei ficando no assentamento (...)

Então a gente foi conseguindo alguns dos nossos objetivos, o Pronera é um exemplo disso, o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária, a gente conseguiu avançar no processo de construção da reforma agrária e isso nos deu possibilidade de fortalecer a luta do movimento sem terra, e construir mais espaços de formação e tal.(...) (P1).

Minha entrada no movimento foi mais voluntariamente, tinha participado do movimento estudantil no ensino fundamental até o 1º ano, daí fui fazer o curso técnico agropecuária, na Escola Agrícola Luís Dias Lins, que leva o nome de um dos grandes, de uma das grandes famílias dona de terras e territórios dentro da cidade de Escada, inclusive, hoje ainda, um dos familiares da família Lins é o dono das principais terras da região, mas fui estudar nesta escola porque era a oportunidade que se tinha. (...)Daí, de frente a escola tinha um acampamento do movimento, e como eu fiz o curso técnico agrícola, técnico agropecuário, e nosso curso era voltado, quebrando o modelo tecnicista, era o curso técnico agropecuário voltado para a agricultura familiar e agricultura orgânica. Então a partir do meio que a gente vai tendo lá e dos debates na escola de formação, aí, a gente vai se formando e escolhendo um lado né, a prestar, a se colocara disposição. Aí foi fácil, porque passava de gente direto na secretaria do MST lá em Escada. Então cheguei para conversar com os companheiros do MST e “se” coloquei a disposição (de) voluntário, para desenvolver trabalho voluntário nas áreas de assentamento. (...) Era jovem, tinha em torno de 18 anos. (P2).

Daí em 2003 logo que eu termino o ensino médio, então faço o ensino médio regular na cidade, ensino público. Em 2003 surge a oportunidade dum curso como aqui na Florestan, um curso de graduação, um convênio do Rio Grande do Sul, e meu nome é indicado e na discussão interno da cooperativa eu sou o primeiro a ter algum incentivo para graduação, eu fui o primeiro liberado como estudante, graduando da cooperativa, isso em 2003, em toda a história, o assentamento lá é de 93, 20 anos quase, não, 10 anos, para o primeiro incentivo à graduação(...)(P3).

A partir dos 15 anos eu já tava no grupo do Juventude do MST no próprio acampamento, a gente uma chamada grupo de jovens, JUPRA, eu já era grandão, então o que a gente fazia, a gente se organizava para participar das atividades do movimento externamente, organizava a juventude do próprio acampamento, ou seja, tinha encontro no final de semana, estudos, debates, organizava a horta a gente tinha uma horta agroecológica, a gente produzia, organizava espaço de lazer né, jogos e também estudava, a gente tinha um espaço que a gente estudava, via filmes, auto organizado pela juventude, e aí a partir disso eu passei a participar dos encontros trem da juventude no movimento e nesse mesmo período também junto com isso eu passei atuar como voluntário na alfabetização de jovens e adultos, que havia um trabalho amplo de alfabetização de Jovens e adultos no acampamento, então com 15 anos já era alfabetizador e passei, e a partir dessa experiência passei, fui estudar no ITERRA no Rio Grande do Sul, fazer o curso normal de nível médio, que é que isso já em 2000 (P4).

E surgiu uma proposta para fazer um curso “pé no chão”, no estado, que é um curso básico do MST no estado, inclusive abre para outros estados também, mas ele é mesmo específico para o estado de Pernambuco. Né, fui com a cara e a coragem, não sabendo muito ler, e fui. Ao chegar no centro de formação que é o centro de referência do estado, é o Centro de Formação Paulo Freire, no assentamento Normandia, tem 40 pessoas nesse assentamento, e lá tem um centro de formação capacitado para umas 400 pessoas, é uma baita estrutura. E ao chegar lá, é impacto muito grande, por que? Como é que funciona a organização do centro de formação, trabalho coletivo, cada um lava seu prato, não tem empregada, e aí eu já fui gostando né. (P5).

(...) porque eu estudava, fazia pedagogia, tava no meio do curso, trabalhava no centro de defesa de direitos humanos, atuava na Pastoral da Juventude, tava fazendo uma experiência para ser freira, e eu tinha que tomar uma decisão, tinha 18 anos, tinha que tomar decisão que rumo que eu ia seguir, se eu ia terminar a faculdade, se eu ia para o convento, se o quê que eu ia fazer, e aparece o MST no meio do me do meu caminho, da minha história, ele me tira totalmente do eixo (...)

Estou aqui nessa tarefa, da coordenação, eu fui dirigente Nacional pelo estado de Goiás durante 8 anos e decidi pedir para sair né até porque já fazia muito tempo, mas também iniciativa de me afastar da direção Nacional, porque eu estava no mestrado, eu precisava concluir o mestrado e precisava me dedicar a ele, e pedi para sair da direção nacional e nessa decisão de sair da direção Nacional, a direção Nacional não permitiu que eu me afastasse, e me sugeriram por uma demanda também aqui da escola que eu viesse compor a coordenação política pedagógica aqui da escola, então em 2014 assumo essa tarefa (P7).

Mais um exemplo da importância da educação no MST, está nas palavras de Caldart (2001), segundo o qual o Pronera expandiu-se a formação vinculada aos movimentos e assim o MST, em 2011 já tinha 1.500 educadores em 50 turmas em diferentes áreas.

O PRONERA tem estado presente com seus educadores nos assentamentos, em organizações não governamentais, nas escolas do campo, e demais espaços políticos e produtivos e o MST colabora no sentido de que devem estar presentes os elementos pedagógicos articulados com a formação política (Bezerra et al, 2007; Silveira Leite et al, 2017).

2.3 A educação na ENFF

A ENFF surgiu em 1990 sempre oferecendo cursos de formação política em Santa Catarina, onde funcionou até 2000, mesma época em que se iniciou a construção da sede em Guararema – SP, concluída em 2005. Mesmo em busca de sede própria a escola ofereceu cursos em todo o país a fim de explorar novos processos pedagógicos. No Rio Grande do Sul, cursos foram realizados com o Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) (Silva, 2005).

A escola está numa área rural o que proporciona sua estrutura na prática. Além dos espaços de sala de aula, biblioteca e administrativo possui restaurante, horta e uma creche. Os alimentos produzidos na horta vão para o restaurante da ENFF, onde são preparadas e servidas para o corpo administrativo e aos alunos e convidados. Os serviços de limpeza e arrumação dos quartos, também seguem essa organicidade, o trabalho sempre coletivo.

nós temos uma dinâmica permanente de estudo da teoria política, nos nosso espaços específicos de formação, o caso mais excepcional para nós e mais importante é o da Escola Nacional, essa que a gente está agora, que já não é mais só a escola de formação de quadros políticos do movimento dos sem terra, mas é a escola de formação de quadros políticos dos movimentos sociais do Brasil, da América Latina e do mundo inteiro. A Via Campesina mundial tem se apropriado do nosso espaço de formação e a gente acredita que a formação política dentro de um processo amplo de construção de uma nova sociedade é mais que essencial para a elevação do nível de consciência dos sujeitos e sujeitas e a construção da liberdade individual e coletiva do povo que se organiza e que luta assim (...) (P1).

Não consegui fazer o curso pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) que era um programa que o movimento, a partir de muita luta conquistou, mas consegui acessar a universidade pelo ENEM. (...) Então foi daí que despertou o interesse em fazer faculdade, a partir do movimento despertar a importância do estudo permanente, e daí escolhi fazer história. (...) E aí fiz história. (...)

O processo de educação aqui está desde o processo da lavagem de roupa, da lavagem de pratos, de manter o ambiente agradável, limpo. Então é um processo pedagógico que vai formando o sujeito pra além dessa questão do conhecimento mais específico, vai formando o sujeito no seu dia a dia, para o dia a dia. O fato da gente trabalhar a limpeza do espaço, dos pratos, das panelas, da cozinha em si, de manter a horta produzindo, isso vai nos formando quanto sujeito mais crítico, porque dentro da educação que a gente tem formal, da educação formal que se coloca, não vê se fortalecendo esses princípios, dentro do sujeito. Tem muitas vezes chegam jovens que têm dificuldades porque, não conseguem compreender que lavar prato também é coisa de homem, e esse trabalho aqui vai quebrando aos poucos com posturas machistas, vai quebrando um pouco com o que a sociedade conservadora nos coloca historicamente, então a formação daqui vai para além do conhecimento específico, do conhecimento científico, vai para a formação enquanto sujeito inserido numa sociedade que é importante contribuir com ambas as partes. (P3).

uma educação diferente, uma educação que você não tem esse conhecimento nas escolas públicas. Eu nunca fui numa escola num assentamento do MST, eu sempre estudei em escola pública. E eu não sabia de muita coisa assim, eles não explicam muita coisa. Inglês mesmo você só sabe o básico do básico, e dentro do MST não, eu já sei um pouco de inglês, tô estudando crioulo (...) essa conscientização política, político-social, é totalmente diferente (...) É outra vida, sei lá. Me sinto mais importante na sociedade (...) Viva. (P5).

Não só por estar na escola, mas aqui eu posso abrir caminhos em relação ao Brasil e o internacional (,,) Porque aqui na Escola há esse encontro de níveis de pensamentos diferenciados de todas as partes do mundo, de outros continentes, é aqui que a gente

se encontra e a gente começa a trocar ideias e experiências do qual você está inserido em todos os seus lugares, e quando a gente se encontra, fala assim, realmente, tenho um aqui, um no Haiti, um na África, em todos os lugares, então a gente tá unificado, e a gente percebe que o internacionalismo é importante (P6).

nós temos curso aqui que pega todos os continentes, a depender de como que a gente organiza os cursos em qual a ênfase cada curso dá, vem de vários países nós temos experiência com cursos latino-americano que já estão na escola tá completando 12 anos né já tem curso que tem 11 turmas né então a cada ano tem uma turma dessa experiência latino-americana, e de 2015 para cá a gente começou a um curso para atender né militantes e dirigentes de organizações populares dos demais continentes, é um curso de formação de formadores para os países que fala idioma inglês então nós vamos realizar agora a quarta turma esse ano né, e normalmente a demanda é de 80 pessoas 70, 80 pessoas no mundo, então tem gente do Curdistão, da Indonésia, do Palestina, África do Sul né, então Estados Unidos, porque alguns acham que Estados Unidos não tem classe trabalhadora né, ainda mais nessa conjuntura da economia internacional né, os trabalhadores Estados Unidos também tem feito muita luta (P7).

Vendramini (2007, p 129) confirma essas narrativas quando diz que: “A educação do campo ganha um novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo”. A autora reconhece que esse processo educacional específico trabalha essa realidade que precisa de mudança e vencer a pobreza, o desemprego e as demais dificuldades de acesso às políticas sociais.

Explicam Torres et al (2015) que a fim de que os princípios da educação inclusiva sejam amplamente abraçados é necessário que se pense na educação no campo, e que esta também contemple as pessoas com deficiências.

À guisa de conclusão

Este texto tinha como objetivos apresentar a educação para a reforma agrária, para o homem do campo e a experiência do MST com esse tipo de educação surgida nos movimentos de luta pelas terras nas vozes de alunos e gestores da ENFF.

Esses objetivos foram atingidos pois constatou-se que os marcos legais para a reforma agrária no Brasil andaram a passos lentos dadas as características geográficas continentais do país e seus latifúndios, se a reforma agrária deixou muitas lacunas, a educação no campo também assim o fez.

As políticas educacionais brasileiras nunca foram uma política de Estado, dadas as discontinuidades que se apresentaram ao longo de séculos. São políticas de governos que apresentam leis e normas volatilizadas ao sabor das ideologias político-

partidárias que importam modelos de outros países, muitas vezes, que não são capazes de dar conta das demandas geográficas e culturais do Brasil.

Nesse redemoinho a educação no campo ficou alheia aos olhos dos legisladores e profissionais da educação, só emergindo após as lutas descritas nas vozes dos participantes dessa pesquisa.

Os depoimentos desses estudantes e gestores da educação no campo, nos ensinam que há muito por fazer em termos de políticas de educação no campo, principalmente no que se refere à expansão de programas de formação docente, cursos de especialização em nível de lato e stricto sensu, criação de infraestrutura adequada, seja de escolas, seja de transporte escolar, seja também de adequações para a mobilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência e adequação dos valores do Fundo Nacional para a Educação Básica (FUNDEB) e, também, uma gestão da educação em diferentes níveis, em constante parceria com o demais institutos que cuidam da reforma agrária e com os movimentos sociais.

As políticas sociais como um todo no Brasil necessitam de um olhar inter ou transetorial uma vez que ao determinar melhorias na educação no campo por exemplo, automaticamente tem-se outros setores das políticas públicas envolvidas, tais como saúde, educação, cultura, agricultura, meio ambiente, comunicação e infraestrutura, por exemplo.

Uma transetorialidade no mesmo sentido da palavra transdisciplinaridade: algo que permeia diversas áreas do conhecimento humano. Assim as políticas transetoriais transitam entre vários atores políticos, instaura-se o diálogo e os demais passos como a definição da agenda e as demais etapas que envolvem as políticas públicas poderiam ser planejadas em conjunto.

As políticas para a educação no campo ainda engatinham no Brasil e no resto do mundo porque ainda se acredita que a educação no campo não é necessária – a imagem retrógrada do ser humano com a enxada na mão e a cabeça coberta ainda persiste no imaginário dos grandes centros urbanos.

Referências

BATISTA, Maria do Socorro X. Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo. GT: Educação Popular. n.06 *ANPED Biblioteca*. 2006. Disponível

em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/os-movimentos-sociais-cultivando-uma-educacao-popular-do-campo>. Acessado em: 02.01.2019.

BAUER, Carlos; MORAES, Carin. Escola Nacional Florestan Fernandes presente na história social da educação brasileira. *Poiesis Pedagógica*. Vol. 1. No. 13. 107-125. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/1pp.v13i1.35978>.

BEZERRA, Cristina S.; RODRIGUES, Mônica Aparecida G.; PIZZETA, Adelar J. A parceria UFJF/ Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do curso de especialização em estudos latino-americanos. *Libertas*, Juiz de Fora, Edição especial, p.1 - 23, fev. 2007.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#titviiicapiiii. Acessado em: 02.01.2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INCRA. *Reforma Agrária – História*. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagrariahistoria>. Acessado em 02.01.2020.

BRASIL *Lei 8629/93*. Dispões sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, Título VII, da CF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acessado em: 02.01.2020.

Brasil. *Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02.01.2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. INCRA - Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT Coordenação - Geral de Implantação - DTI – SIPRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 Até 02/01/2020* Sistema: SIPRA Fonte: SDM. Relatório: Rel_0227 Data: 02/01/2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sipra. *Informações de Modelos de Reforma Agrária*. Disponível em <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acessado em: 02.01.2020.

BRASIL. *Lei 4504 de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acessado em: 02.01.2020.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estud. avançados.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-

40142001000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26.05.2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.

CARNEIRO, Maria Esperança F.; AFONSO, Lucia Helena R.; MESQUITA, Maria Cristina das G. D. Educação e política pública: caminhos do PRONERA. *Educativa*. Joãoia, v.19., no. 1, p. 235-238, jan/abr. 2016.

DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos trabalhadores sem terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone, 2008

DE SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais *Educação & Sociedade*, vol. 33, núm. 120, jul/set 2012, pp. 745-763. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=8732460200>. Acessado em 02.01.2020.

DIAS, Eloisa G. A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da educação do campo: a experiência do programa nacional de educação na reforma agrária. *Educação & Sociedade*, vol. 37, núm. 135, abr-jun, 2016, pp. 371-389. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87346871004>

FERNANDES, Bernardo M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Trabalho apresentado na disciplina Processos Sociais Agrários. A Construção dos Objetos Sociológicos Alternativos*, ministrada pelo Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos, no Curso de Pós-graduação do Depto. de Sociologia da FFLCH-USP. São Paulo, 1995.

GAZETA REGIONAL. Agricultura familiar produz alimento para programas de assistência em SP. 28.11.2015. Disponível em: <https://www.leiaogazeta.com.br/agricultura-familiar-produz-alimento-para-programas-de-assistencia-em-sp/>. Acessado em: 12.12.2019.

KOLLING, Edgar J.; VARGAS, Maria Cristina e CALDART, Roseli Salete. MST e Educação. In: CALDART, R. et al (org.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 502-509.

MACHADO, Luane Cristina T. D educação rural à educação no campo: conceituação e problematização. In. Anais IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação e VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. Cátedra UNESCO. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf. Acesso em 20.12.2021.

MARIANO, Alessandro S.; LOMBARDI, Jose Claudinei. Método de formação política da escola nacional Florestan Fernandes do MST. *Germinal: marxismo e*

- educação e sociedade*. V. 11, no. 1, p.203-209. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/29832>. Acesso em:
- MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.: il.
- Movimento Sem Terra. MST. Caderno de Educação n. 13. Ed. Especial. Dossiê Escola. *Documentos e estudos 1990-2001*. ITERRA, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*.15 (43), 2001
- PIZZETA, Adelar. Na ENFF o conhecimento constrói consciências. In: *Revista Sem Terra*. Nº 55, ano XII. 2010, p. 30-35.
- PIZZETA, Ana Maria Justo. *A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório*. 2007. Disponível em:
<https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1881/1329>. Acesso em: 20.12.2021.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SILVA, Roberta Maria L. *A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. *Tese de doutorado*. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Março de 2005.
- SILVEIRA LEITE, Esmeraldo; GEMA GALGANI, Castagna Molina Mônica; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. O fortalecimento da identidade camponesa: repercussões do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária nos Estados do Ceará, Minas Gerais e Paraná (1998–2011). *Educação & Sociedade*, vol. 38, núm. 140, jul-set., 2017, pp. 569-585.
- SOUZA, Maria A. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. *Educação e Sociedade*. 2008. V.29, no. 105. Pp.1089-1111. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008>. Acesso em 21.12.2021.
- TORRES, Julio Cesar; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; SILVA, Claudio Rodrigues da; MORAES, Agnes Iara Domingos e SILVA NETO, Nathanael da Cruz. Educação inclusiva no projeto educacional do MST. *Comunicações*. Piracicaba. Ano 22. n. 2. p. 149-164. jul-dez. 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121x/comunicacoes.v22n2p149-164>.
- VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cad. Cedes*, Campinas, vol 27, no. 72, p. 121-135. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20.12.2021.

[371]

Políticas educacionais de educação no campo: história de vida de
estudantes da Escola Nacional Florestan Fernandes

Vladimir Ferreira Gama

Jornalista, Mestre em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes, SP.
Extraído da Dissertação de Mestrado.

Luci Mendes de Melo Bonini

Docente no Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes, SP.
Orientadora da dissertação.

Os autores agradecem a Bolsa Capes, à bolsa de pesquisa da Organização Mogiana de Educação e Cultura e aos participantes da pesquisa.